A INCLUSÃO E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

JULIANA CARDOSO ANDRIASSA

RESUMO
Discorrendo sobre a inclusão e o espectro do autismo questiona-se o que é inclusão e como minimizá-la identificando seus aspectos excludentes? O que é o espectro autista? Objetivou-se discutir sobre o papel da inclusão e suas fundamentações legais quanto ao trabalho com alunos deficientes. Pretende-se mostrar que as questões sobre inclusão de crianças com deficiências físicas na rede de ensino pública no Brasil inserem-se no contexto das discussões, cada vez mais evidentes, relativas à integração de pessoas com deficiências enquanto cidadãos. A metodologia desenvolvida neste trabalho foi à revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e periódicos da internet.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Autismo; Educação; Direito a Educação.

ABSTRACT
Discussing inclusion and the autism spectrum, the question arises what is inclusion and how to minimize it by identifying its exclusionary aspects? What is the autism spectrum? The objective was to discuss the role of inclusion and its legal foundations regarding work with disabled students. The aim is to show that questions about the inclusion of children with physical disabilities in the public education system in Brazil are part of the increasingly evident discussions regarding the integration of people with disabilities as citizens. The methodology developed in this work was a bibliographic review of books, articles, theses and internet journals.

KEY-WORDS: Inclusion; Autism; Education; Right to Education.

INTRODUÇÃO

Procurou-se no artigo discorrer sobre as questões relacionadas à inclusão e seu papel no desenvolvimento do transtorno do espectro autista, pois quando se consideram as recentes diretrizes, as recomendações nacionais e internacionais sobre o assunto percebem-se a necessidade de uma reflexão sobre a inclusão, traduzida para o contexto educacional brasileiro.

O primeiro desafio da reforma do ensino demanda um intenso trabalho de conscientização da necessidade da integração do deficiente na escola regular e supõem o desenvolvimento de um programa de conscientização de professores, sejam eles do ensino fundamental, médio/técnico ou superior, auxiliares, famílias e comunidade sobre a integração.

Como problema questionou-se o que é inclusão e como minimizá-la identificando seus aspectos excludentes? O que é o espectro autista?

Estas questões puderam ser respondidas conforme as ideias de autores como Aquino (2012), Silva (2003), Passerino (2011), Oliveira (2014), Kanner (1997), Bosa (2008) entre outros citados nas referências.

Objetivou-se discutir sobre o papel da inclusão e suas fundamentações legais quanto ao trabalho com alunos deficientes.

Pretende-se ainda mostrar que as questões sobre inclusão de crianças com deficiências físicas na rede de ensino pública no Brasil inserem-se no contexto das discussões, cada vez mais evidentes, relativas à integração de pessoas com deficiências enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social.

Por meio da revisão bibliográfica em livros, artigos, teses e periódicos da internet fizeram-se comparações com as ideias defendidas pelos autores pesquisados, apontando as leis que caracterizam o fator inclusivo na educação e os princípios e processos do transtorno do espectro autista.

AS NECESSIDADES EDUCATIVAS DURANTE O PROCESSO INCLUSSIVO

Acredita-se que a educação inclusiva pode ser compreendida como sendo uma prática pedagógica capacitada em educar com sucesso todos os alunos, mesmo aqueles comprometidos com deficiências intelectuais nas mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis às outras pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um.

Sassaki (2010, o. 42) afirma que:

Inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenos e grandes nos ambientes físicos como os espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meio de transportes, nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também no próprio portador de necessidade especial.

Compreende-se então que a educação inclusiva dar-se-á por meio de mecanismos que atenderão as diversidades, por exemplo, propostas curriculares adaptadas, a partir daquelas adotadas pela educação comum.
Conforme destaca a Unesco (1994, p. 43),

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e aos gozos e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e dos jovens com necessidades educativas é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade.

Acredita-se que uma das causas para a inclusão de deficientes é o fato de serem atendidos em escolas especiais que atendiam exclusivamente alunos com necessidades educativas especiais; este atendimento sofreu severas críticas, pelo fato de reduzir ou eliminar a oportunidade de convívio do aluno com deficiência com sua família, vizinhança e até mesmo com a sociedade.
Observa-se que o sistema educacional, por meio da educação especial deve oferecer modalidades diferenciadas de atendimento aos deficientes físicos. Dentre elas classes especiais para que os alunos recebem instrução em classes separadas, mas participam com as demais crianças de classes regulares em atividades diversas.
Para a Unesco (1994, p. 61) o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que:

Todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceiras com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva.

A inclusão, nas escolas, por mais contestada que ainda seja pelo caráter ameaçador de mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convencem pela sua lógica e ética de posicionamento social.
Há, no entanto uma diferença entre integração e inclusão, sendo que a integração é um processo bilateral que pressupõe a participação e a ação partilhada ao mesmo tempo dividida e somada. A integração impõe ao aluno deficiente obrigação em acompanhar e dominar o conteúdo didático; enquanto a Inclusão denomina a escola correspondência à realidade do aluno, igualando a todos e considerando o talento de cada um, fazendo com que sintam prazer e vontade de aprender.
Para que a escola se torne inclusiva, necessita-se apenas do desejo em fazê-la assim, embora hoje, muitos professores e outros profissionais da educação acreditam que o aluno com deficiência intelectual tem pouca ou nenhuma possibilidade de se integrar.
Dessa forma entende-se inclusão como um processo permanente e contínuo e com isso pode-se inclusive apontar alguns aspectos positivos e favorecedores a maneira de como tornar a escola inclusiva:
A inclusão na escola regular por si só, não resolverá a questão da deficiência intelectual da criança, visto ser um problema real, clínico e objetivo, ele será amenizado na medida em que a sociedade se preparar para receber essa criança, porque, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que apenas uma lei resolverá a questão.

INCLUSÃO E SUAS DIFICULDADES
Segundo Ross (2004, p. 204) necessidades especiais decorrem de oportunidades, exis-

tentes ou não, assim como de instrumentos e medições que possam ser apropriados por pessoas deficientes em suas relações sociais não resultando unicamente das deficiências biológicas que possam apresentar. “Podemos ser deficientes sem nos sentirmos ou sermos vistos assim, se favoráveis forem às condições sociais”.
Mazzota (2011, p. 11), por sua vez define educação especial como sendo,

Uma modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

Conforme o plano nacional de educação especial entende-se a educação especial como “um processo de promoção ao desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades, nos diferentes níveis do sistema educacional de ensino”, que se fundamenta em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas do aluno. (BRASIL, 2007, p. 17).
Acredita-se que tal processo deva ser integral, fluindo desde a estimulação essencial aos graus superiores de ensino sob o enfoque sistêmico, a educação especial integral o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.
Para Scotti (1999, p. 20), “a educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade”.
Em concordância com o pensamento acima supracitado Mantoan (2006, p. 14) com sua concepção construtivista diz que “o conhecimento é fruto da construção pessoal do aluno, mediada pelo professor e outros agentes culturais presentes no contexto do aluno e os conteúdos são produtos sociais e culturais”.
A principal preocupação da educação, dessa forma, deve ser o desenvolvimento integral do homem e a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras de vida nos grupos sociais.
Já Ferreira e Guimarães (2006, p. 32) afirmam que:

A noção de deficiência é, pois, uma questão contingencial e decorre de normas e expectativas da sociedade. É uma situação que surge como produtos da interação daqueles que apresentam determinados atributos com o meio social, que interpreta e consideram tais aspectos como desvantagens.

A educação especial obedece aos mesmos princípios da educação geral, deve se iniciar no momento em que se identifique atraso ou alterações no desenvolvimento global da criança e continuar ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e proporcionandolhe meios para desenvolvê-las.
Conforme a lei de diretrizes e bases da educação (BRASIL, 1996) “a educação especial, sintonizada com as novas tendências mundiais sobre a atenção às necessidades especiais, passa a ser oferecida as pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino”.
Durante muito tempo, a integração escolar vinha sendo estimulada, mas na realidade constituía uma exceção.
No entanto uma das questões que levantam debates a respeito da educação especial é a existência de uma proposta de educação orientada para a inclusão e como praticá-la?
È importante lembrar sobre a importância de nosso papel, como professores e formadores de opiniões, ao mesmo tempo em que, embora também sejamos cidadãos, nem sempre somos respeitados como tal; de maneira que muitas vezes somos impedidos de exercer nós mesmos, nossos próprios deveres de cidadania e assim, servir de exemplo àqueles que formamos, por faltar-nos condições básicas necessárias.
O primeiro papel do professor neste processo é decidir pela sociedade, que necessita de cidadãos críticos, conscientes e produtivos.
A formação futura de uma sociedade cada vez mais inclusiva depende de uma formação escolar inclusiva e presente, não futura.
Surpreendemo-nos em nossas práticas profissionais com as investigações nos seguintes aspectos:

Que grupos estão sendo excluído num dado momento, em nosso cotidiano? O que fazer para minimizar, ou se possível eliminar os aspectos identificados como excludentes? Não existe prática pedagógica inclusiva que possa ser dada, devemos sim analisar quem está excluindo e de que maneira isso acontece, para então, decidirmos o que fazer.
Refletindo acerca do dia a dia da escola, podem-se destacar algumas questões como:
Relacionamento: Agressividade entre os alunos, às vezes com o professor; Falta de envolvimento da família; pouco material pedagógico;
Classes socioeconômicas: ocasionando barreiras as aprendizagens; Compreensão geral do aluno: Dificuldades de aprendizagem em diversas áreas;
Dificuldades Observação de caráter pessoal-profissional: Falta de condições de trabalho; Salários indignos a profissão;
Dessa forma a postura pedagógica dos professores passa por um processo de reconstrução, orientada em conjunto com o corpo docente, num percurso que envolve desde a sala de aula, passando pela administração escolar, até a secretaria da educação, dependente do desenvolvimento da capacidade interna da escola como um todo.
Para que a escola se transforme num local de produção cultural e transformação social, ela não deve se restringir enquanto influência e interferência no universo do aluno.
Uma mudança importante e fundamental para os professores trabalharem com crianças com necessidades especiais seria a possibilidade de pensar numa escola inclusiva, criando espaços adequados, com especialistas de apoio e um trabalho contínuo com as famílias e comunidade.
Ao se falar em inclusão, é necessário escutar as crianças com deficiências, buscar respostas e saber lidar com a incerteza, os problemas são essenciais para a vida, e não há respostas prontas, a aprendizagem é uma construção que se dá no dia a dia.
Ao nos referirmos à palavra inclusões podem-se interpretar dicionários que apresentam um simples significado, uma colocação, no entanto quando tratamos do conceito de inclusão em educação o sentido torna-se mais complexo e amplo, pois a educação inclusiva sugere um trabalho onde a prática pedagógica deve propor atividades ligadas às diferenças, as particularidades e as individualidades, estando assim relacionadas com os valores, com a ética e a cidadania.
Sabe-se que esses valores estão em crise e que inúmeras tentativas já foram feitas para superá-las e melhorar a qualidade de ensino. Embora o esforço não tenha sido em vão, temos de reconhecer que não apresentou os resultados esperados, porquanto a crise se revelou muito mais profunda do que se esperava, mostrando que o processo educativo sempre se encarregou de difundir os valores nos quais se estrutura a sociedade em que está inserido.
Para tanto, a proposta de sociedade inclusiva contém, implícita, a ideia de mobilização dos diversos segmentos sociais na busca do bem-estar de todos. São necessárias transformações intrínsecas, quebrando-se as barreiras cristalizadas em torno dos grupos estigmatizados e excluídos, tornando-se sujeitos de sua própria história. Sob essa perspectiva deve estar à ideia de valorização da diversidade.
Nas palavras de Sanches (1993 apud LIMA, 1997, p. 71),

O papel da educação será de fundamental importância, na medida em que for ressaltado e efetivado o compromisso da escola com todos, entre todos e para todos. A escola para todos precisa mudar seu olhar e se basear numa filosofia "aceitando a diversidade como eixo diferencial humano, o que implica no próprio posicionamento sobre conceito de educação".

Não devemos nos esquecer que lutamos pelo direito de todo cidadão ter acesso a uma escola de qualidade, ao mesmo tempo em que muitos ainda não desfrutam do direito básico ao alimento diário e de condições dignas de vida.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
Oliveira (et al 2014) justifica que "o termo autismo é proveniente da palavra grega "autos" que significa "de si mesmo". No entanto, diversas são as formas de definição do autismo". Seus estudos e pesquisas ainda se encontram em andamento pela medicina, educação e outros setores envolvidos.
Hocchman (2009, p. 204) diz que como pri-

meira visão do autismo, revela-se, que o psiquiatra suíço "E. Bleuler em 1911 definiu o autismo como uma função complexa em que a relação com a realidade é perturbada ou suspensa, em consequência de uma perturbação primaria de associações e surgimento de emoções e imagens".
Segundo explica Gauderer (1992), "as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras", mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem. De acordo com Passerino (2011, p. 22),

Tratando-se do autismo, as falhas na comunicação podem se apresentar com alterações no uso, forma ou conteúdo da linguagem em nível pragmático, e em menor medida em nível sintático, morfossintático, fonológico ou fonético, assim a importância de utilizar um sistema de CA foca-se mais em processos de compreensão e produção, estando ambas as situações inter-relacionadas (PASSERINO, 2011, p. 22).

Kanner (1943, p. 217 apud ROCHA, 1997) por sua vez descreve o sintoma fundamental "o isolamento autístico", estando este presente na criança desde seu início, propondo este como um distúrbio inato. Em suas pesquisas, assume que o isolamento extremo, juntamente com o anseio obsessivo pela rotina, determinava-se como crianças autistas. Baseado em seus estudos científicos sobre o autismo, por meio de sua ampla publicação de um artigo intitulado 'Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo', no qual descreve e caracteriza comportamentos de onze crianças pesquisadas, como o intuito de se criar um quadro clínico caracterizado por autismo extremo, obsessão, estereotipias e ecolalia.
Nas palavras de Rocha (1997) Asperger (1944) complementa este pensamento escrevendo um artigo intitulado como "Psicopatologia Autística da Infância", descrevendo as crianças de maneira semelhantes ao autor Kanner (1943).
Em termos de nomenclatura, avaliado pelo DSM-IV Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder (Manual diagnóstico e estatístico de transtorno Mental – tradução própria) constituído pela Associação Americana de Psiquiatria, autismo se trata como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – TID (ou em inglês, Pervasive Development Disorder – PDD) (AQUINO, 2012, p. 10). Já o DSM-V (2013), define o transtorno do espectro do autismo (TEA) como "déficits na comunicação social e interação social e comportamentos, interesses e atividades restritos e repetitivos". O transtorno do espectro do autismo agora engloba a anterior desordem autista (autismo) do DSM-IV, o transtorno de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. No entanto, atualmente, o autismo ainda espanta pela diversidade proporcionada em suas características, bem como pelo fato de que os autistas possuem uma aparência totalmente normal e ao mesmo tempo um perfil irregular de desenvolvimento. Ressalta-se que alguns autistas possuem habilidades impressionantes em determinadas funções, enquanto outros se encontram por demais comprometidos. (VARELLA, 2024).
Logo, o decorrer da conceituação do autismo desde sua origem a atualidade, alterações significativas foram marcadas. Pode-se destacar que sua definição como doença não está mais na visão de pesquisadores ou estudiosos sobre o assunto, mas sim, tida como um conjunto de sintomas e barreiras que acarretam avaria qualitativa na interação social, bem como dificuldades na comunicação e repertório limitado de empenhos nas atividades.
Conforme Wing (2005, p. 57) para definir a criança com autismo revelaram-se sintomas que foram classificados em três grupos, determinados como o tripé dos sintomas Autísticos, sendo estes: "Falha na interação social recíproca; Comprometimento da imaginação; Comportamento e interesses repetitivos; Dificuldade na comunicação verbal e não verbal". Portanto, para que se receba o diagnóstico positivo para o autismo, torna-se obrigatório que os três grupos, determinados pelo autor, estejam comprometidos. Vale ressaltar que intensidade tida nos grupos não apresenta identicamente e que este diagnóstico deve ser observado antes dos três anos de idade.
A classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a Saúde, frequentemente designada pela sigla CID (em inglês: International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems -

ICD) fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. (ABSW, 2024). De acordo com Silva (2003, p. 26),

A CID-10 classifica o autismo com o código F84-0, como sendo um transtorno invasivo do desenvolvimento, definido pela presença de desenvolvimento anormal ou comprometimento que se manifesta antes da idade de 3 anos e pelo tipo característico de funcionamento anormal em todas as três áreas: de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo. O transtorno ocorre três a quatro vezes mais frequentemente em garotos do que em meninas.

Nas palavras de Bosa (2008, p. 37) compreender o autismo "é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento". [...] Conviver com o autismo "é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância".
Nosso País caminha com grandes dificuldades em direção ao atendimento de nossos mais de um milhão de autistas. Seguimos uma postura assistencialista, típica de países do Terceiro Mundo. Entidades organizadas lutam para que esta postura ceda lugar a propostas que visem à garantia dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, que se tornam, então, sujeitos do processo de sua integração social.
O atendimento à pessoa autista, no entanto, fica a cargo das associações de pais e de algumas iniciativas privadas. O custo para se dar um atendimento digno e adequado a uma criança autista é tão alto, que inviabiliza o acesso da maioria da população afetada, não garantindo, portanto, os direitos previstos na Constituição Federal, art. 23 II. É também a cargo das associações que ficam o esclarecimento, apoio e treinamento das famílias (BORALLI, 2007).
Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. A escola tem importante papel na investigação diagnóstica, pois é o primeiro lugar de interação social da criança separadas de seus familiares, é onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais, tarefa muito difícil para o autista. O diagnóstico é apenas o primeiro desafio que o Brasil precisa enfrentar.
Em seguida, vem o mais complicado, o tratamento. Ele tem de ser individualizado e envolve uma série de profissionais. Realizar um trabalho voltado para as dificuldades que envolvem o tema já justificaria a abordagem dele.
Pode-se dizer que a educação física é uma das disciplinas que possui como principal ferramenta de atuação o movimento devido ser denominador comum de vários campos sensoriais, pois o desenvolvimento ocorre entre a emoção, o pensamento e a motricidade e assim essa disciplina seria de grande valia para o desenvolvimento do aluno autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora todos os aspectos levantados no artigo sejam de ordem diretamente teórica, têm uma influência direta na concepção de ensino e na formação da estrutura educacional na qual atuamos pedagogicamente. O distanciamento entre os conteúdos apresentados pelas escolas e as necessidades reais do cotidiano dos alunos que se desenvolve uma mentalidade extremamente negativa quanto ao funcionamento da estrutura escolar.
Acredita-se que para acontecer um avanço efetivo na formação de uma nova estrutura escolar que atenda às necessidades modernas e, sobretudo os alunos com deficiência e em especial aos autistas julgam-se necessário um trabalho intenso para que os professores passem a acreditar nas inovações e as incorporem à sua prática pedagógica.
O ensino é o principal objetivo do trabalho com crianças autistas. Ensinar coisas funcionais para a criança autista é a essência de um trabalho adequado e a persistência é um grande aliado deste objetivo.
Todo trabalho de interação da criança com objetos e com situações do meio deve ser feito concomitantemente ao trabalho de capacitação, aos cuidados pessoais e ao lazer para socialização. As crianças autistas parecem que aprendem e entendem melhor vendo do que ouvindo. Por isso, quando pequenas, é interessante expô-las ao máximo a esses estímulos.
É importante a continuidade do ensino para

uma criança autista, para que se torne menos dependente, mesmo que isto envolva várias tentativas, e ela não consiga aprender. É preciso atender prontamente toda vez que a criança autista solicitar e tentar o diálogo, a interação, quando ocorrer de chamar uma criança autista e ela não atender, é necessária ir até ela, pegar sua mão e levá-la para fazer o que foi solicitado. Toda vez que a criança conseguir realizar uma tarefa, ou falar uma palavra, ou enfim, mostrar progresso, é prudente reforçar com elogios.

Quando se deseja que a criança olhe para o professor, se segura delicadamente o rosto dela, direcionando-o para o rosto do professor. Pode-se falar com a criança, mesmo que seu olhar esteja distante, tendo como meta um desenvolvimento de uma relação baseada em controle, segurança, confiança e amor.

Por este, ser um trabalho de revisão de literatura, não se pretende dar por encerrada a discussão sobre o processo inclusivo e o transtorno do espectro autista, mas sim possibilitar novas discussões sobre o tema.

REFERENCIAS

ABSW – Associação Brasileira da Síndrome de Williams. CID da Síndrome de Williams. Disponível em: http://swbrasil.org.br/artigos/cid-da-sindrome-de-williams/. Acesso em 14 mar. 2024.

AQUINO, E. R. A. As contribuições da Neurociência na prática psicopedagógica com alunos e pacientes com síndrome de Asperger. AVM – Faculdade Integrada. 2012. Em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T207630.pdf. Acesso em11 fev. 2024.

BORALLI, E. R. Coordenadora do Curso: Autismo: Das questões teóricas à prática, 2007.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. LDB. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, 23/12/1996, p. /27833-27481.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA, M. E. C.; e GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GAUDERER, E. C. Autismo – Década de 80. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1992.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: ROCHA, P. S. (Org.). Autismos. São Paulo: Escuta, 1997.

LIMA, R. M. Práticas pedagógicas e emancipação: os (des) caminhos da cidadania na sociedade brasileira. Perspect. Cienc. Inf., Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.157-73, Jul./Dez., 1997.

MANTOAN. M. T. É. Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: MEC/SEE, 2006.

MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, B. S. et. al. A atuação do psicólogo com o transtorno do espectro autista. Artigo – 2014. Disponível em: https://psicologado.com/atuacao/psicologia-clinica/a-atuacao-dopsicologo-com-o-transtorno-do-espectro-autista. Acesso em 12 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.

PASSERINO, L. M. A Comunicação aumentativa e alternativa no espaço do atendimento educacional especializado: trajetórias imbricadas de investigação e desenvolvimento tecnológico. In: Anais VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: práticas pedagógicas na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado, 2011.

ROSS, P. R. Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão. In: Educar em revista. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n. 23, 2004. p. 203-224.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCOTTI, A. R. Adaptação curricular na inclusão. Integração. Ano 9, n. 21, p. 19-20, 1999.

SILVA, E. H. C. Autismo – CID 10. Classificação Internacional de Doenças (CID-10) publicada pela Organização Mundial de Saúde (WHO - World Health Organization). 2003. Disponível em: http://www.autismo-br.com.br/home/D--cd-10.htm. Acesso em 12 dez. 2023.

UNESCO. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.

VARELLA, D. Transtorno do Espectro Autista – TEA. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-espectro-autista-tea/. Acesso em 21 fev. 2024.

WING, L. Crianças à parte: o autista e sua família. São Paulo: Atheneu, 200